



<http://doi.org/10.7213/2318-8065.06.01.p122-135>

Fé cristã e Direitos Humanos: caminhos que convergem e nos conduzem ao encontro com o Criador e ao Bem-Viver

Christian faith and Human Rights: paths that converge and lead to the encounter with the Creator and to Good Living

João Ferreira Santiago*

Resumo

Este artigo trata da relação próxima e recíproca entre religião e direitos humanos a partir da autocompreensão cristã enquanto ponte que liga e religa o ser humano a si mesmo; os seres humanos entre si; e toda a humanidade ao seu criador. Desse modo, opta-se por uma contribuição teológica para a reflexão acerca dos direitos humanos fundamentais que possam auxiliar a pessoa de fé a reconhecer nessa agenda pública algo que lhe é particular. A saber, em linguagem confessional, reconhecer direitos humanos como vontade de Deus. Com um ponto de partida antropológico, busca-se uma fidelidade à tradição profética judaico-cristã. Desse modo, o presente texto assume a virada hermenêutica da teologia ocorrida no século XX diante de novas demandas humanas e, conseqüentemente, de novos modos de ler e atualizar a sabedoria da fé no horizonte de uma sociedade do Bem-Viver.

Palavras-chave: Fé cristã. Direitos Humanos. Teologia Pública. Bem-Viver.

* Mestre e Doutorando em Teologia pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Professor de Teologia na Faculdade UNINA. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5975-4438>. Contato: poesiaemilitancia@yahoo.com.br



Abstract

This article deals with the close and reciprocal relation between religion and human rights from the Christian self-comprehension while a bridge that connects and reconnects the human being to itself; the human beings with each other; and all mankind with its creator. Therefore, it opts for a theological contribution to a reflection about the fundamental human rights that can help people with faith to recognize in this public agenda. Namely, in confessional language, the work recognizes human rights as the will of God. With an anthropological starting point, it aims to be faithful to the Judeo-Christian prophetic tradition. In this way, the present text assumes the hermeneutical turn of theology that took place in the twentieth century in the face of new human demands and, consequently, of new ways of reading and updating the wisdom of faith in the horizon of a society of Good Living.

Keywords: Religions. Human Rights. Creator. Public Theology. Good Living.

Introdução

A humanidade encontra-se diante de grandes desafios que impactam toda a vida na terra: são exemplos as diversas formas de intolerâncias, a crescente indiferença com os que sofrem, as diversas formas de exclusão e de fundamentalismos.

É importante que as religiões cumpram bem as suas funções e entre elas, certamente encontra-se a função de serem pontes, ou caminhos, que ligam e religam o ser humano à vida em abundância. Pois esta é uma das principais causas das lutas dos povos e, ao mesmo tempo, um tema frequente, tanto no primeiro como no segundo testamento. Duas dimensões se expressam com muito vigor ao estudarmos e ao interpretarmos os textos bíblicos, sobretudo na sua caminhada rumo à terra prometida: a religiosa, relacionando a vida do povo e suas conquistas com a presença e com a vontade de Deus; e, mesmo utilizando-se de diferentes expressões, os Direitos Humanos Fundamentais, que além da liberdade, passam pelo direito à terra, ao trabalho, ao descanso, à vida.

Neste texto buscamos explicitar esta relação desde a autocompreensão cristã, mais especificamente a partir da tradição católica. A Igreja povo de Deus, conceituada pelo Concílio Ecumênico Vaticano II, (cf. LG,9), precisa ter consciência de seu lugar no mundo, de seus direitos e de quem é o ser humano como sujeito de fé. Nesse sentido, ressaltam-se as imagens bíblicas das alianças de Deus com o ser humano, para interpretá-las como pontes que ligam e religam a vida ao Bem-Viver, destacando-se as noções de direito, justiça e liberdade.

Quem, afinal, é o ser humano que tem direitos e vive religiosamente?

Quando se escala a montanha das experiências humanas na terra e se põe de pé, no seu ponto mais alto, certamente o que se vê são histórias diferentes. A diversidade de linguagens e disputas; a pluralidade de formas de expressões culturais e cultuais; a complexidade organizacional e de formas de conquistas e de sobrevivência formam uma extensa aquarela. Como numa colcha de retalhos aparecem os diferentes sofrimentos, não raro, relacionados à negação de direitos.

A justiça como ponte e o seu oposto como muro caminham paralelamente com nossos passos. Igualmente, as lutas, as vitórias e derrotas, sempre parciais e temporárias estão relacionadas à fé professada e à busca de direitos. Uma das experiências mais marcantes e impactantes da humanidade, e que nos mostra o quanto um muro pode não apenas nos separar, mas nos diminuir é o nazismo e seus muros em forma de cercas de arame farpado nos campos de concentração. O psiquiatra austríaco Viktor Emil Frankl, viveu e registrou este momento de queda da humanidade e de erguimento também da humanidade a partir dos aprendizados e das perdas.

Ficamos conhecendo o ser humano como talvez nenhuma geração humana antes de nós. O que é, então, o ser humano? É o ser que sempre decide o que ele é. É o ser que inventou as câmaras de gás; mas é também aquele ser que entrou nas câmaras de gás, ereto, com uma oração nos lábios. (FRANKL, 2006, p. 84).

Neste pequeno relato registrado, mas sobretudo, no fato vivido e narrado por Viktor Frankl, tem-se o encontro da negação dos direitos humanos fundamentais, e a força mística da religião, quando vivida com liberdade e consciência. Ninguém pode tornar escrava uma alma que conhece a liberdade, tampouco aprisionar nas trevas um espírito que encontrou a luz. Mesmo diante de seres humanos desumanizados pela violência e pela banalização do sofrimento e da morte, para muitos, a religião mostrava que mesmo assim, a vida tinha um sentido.

Depois de aprender-se quem é mesmo o ser humano, tão genialmente definido por Platão, como “bípede sem plumas”, o que Jesus espera de seus seguidores? Ou dito com outras palavras, o que

Jesus lhes deixou como exemplo? Uma possível resposta que faz pensar e crescer. “Jesus deixou pensadores, e não memorizadores; discípulos e não recitadores; pessoas e não papagaios” (CROSSAN, 1994, p. 30). Se a vida tem um sentido, e os Direitos Humanos existem exatamente em função dele, então, a vida também tem sentido. E a Religião deve ser, uma ponte que liga a vida a este sentido, assim como os Direitos Humanos também o são.

É bonito e grandemente revelador olhar para tudo isso, lá de cima, com as lentes e com as luzes que o tempo nos oferece hoje. Tanto já se pesquisou, se escreveu, se filmou e se falou sobre esta caminhada humana na terra. E, na verdade, não são tantas assim as certezas encontradas, não é mesmo? Ao se perceber a tradição bíblica como testemunha da relação de um Deus com o seu povo, pensa-se a história humana também como uma história de Deus. Esta divindade defende a dignidade da vida (Dt 30.15-20) - importante orientação encontra-se nestas palavras: “Escolhe, pois, a vida” (v. 19).

Pode-se afirmar que, por vezes conscientemente, por outras não, o ser humano tem como o seu grande desafio, conhecer-se e reconhecer-se. E quando ele se isola, age com egoísmo e fecha os olhos para a sua história, sobretudo para os mistérios que o cercam, desce de ladeira abaixo e não se reconhece. A abertura a alteridade, que pode ser vivenciada diante daquilo que se denomina de Deus, acontece de modo fundamental diante do rosto do outro. Porque, cada ser humano tem sua identidade revelada no outro. Porque é no rosto, na face, do outro, nas suas lágrimas e nos seus sorrisos, que o Mistério se revela em sua plenitude a cada ser humano. Os direitos que eu tenho e preciso para autenticamente ser eu mesmo, são relacionados a um tu semelhante a mim e, a partir da fé, a um Tu superior.

Os seres humanos precisam uns dos outros para serem plenamente. É por isso que são seres interdependentes. Em certa perspectiva, as religiões têm a missão de ligar e religar cada pessoa à outra pessoa; todas as pessoas umas às outras; toda a humanidade à criação; e todos ao criador. Cada pessoa tem também o direito de ter alguém para quem contar suas aventuras, suas alegrias e suas tristezas. Inclusive as suas desventuras. E quando não se tem ninguém a esperar? Assim, pois, diz Viktor Frankl,

Antes, ao tratarmos as tentativas de reerguer psicologicamente a pessoa que está no campo de concentração, dissemos que era preciso orientá-la para um alvo no futuro, lembrá-la sempre de novo que a vida estaria esperando por ela, que havia alguém esperando por ela. E depois? Depois acaba havendo um ou outro que precisa constatar que não há mais ninguém que ficasse esperando por ele... (FRANKL, 2006, p. 88).

Quando não se tem ninguém à espera e não se pode mais esperar por ninguém, o ser humano sente-se só. Aí, conhece-se a pobreza que se faz de miséria. Talvez seja a representação do inferno marcada pelo fim da esperança. Todos os humanos têm o direito a ter esperança. Aí, nem sempre a fé sozinha consegue fazer a ponte entre o sofrimento e o sentido que ele possa nos trazer. “Todos no campo de concentração sabíamos e dizíamos um ao outro: não há felicidade sobre a terra capaz de compensar nosso sofrimento” (FRANKL, 2006, p. 88). Ser feliz também é um direito humano. Mais do que isso, ser feliz, no sentido de ter vida em abundância, é a causa da vinda do Pai e Criador ao mundo (Jo 10.10). Vê-se, portanto, que o Bem-Viver, o viver feliz, é sinônimo de conviver, que significa viver com. Sem tais garantias, sem estas condições, não se vive, pois, exilados dos direitos e desligados do essencial, a convivência, perde-se a esperança de que alguém nos espera.

Este é o cume da montanha sagrada dos direitos humanos construída com a caminhada humana na terra. Ligados e interligados; conhecidos e reconhecidos; conscientes de quem se é e o que se quer; aproximando-se da religião do amor, e vivenciando-se o bem-viver. Desligados e isolados, até sobrevive-se por algum tempo, mas assim, não se pode viver. É por isso que, conscientes de suas carências e de seus talentos, o ser humano pode reconhecer as religiões como pontes que o ligam e o

levam, ao bem-viver, ao seu criador e ao seu reino de amor. A subida desta montanha é feita na conquista degrau por degrau, daquilo que são os direitos humanos fundamentais. Sem o exercício dos direitos essenciais, não se pode nem mesmo falar em humanos. A não ser que se reconheça ou se legitime a existência de seres humanos desprovidos de humanidade. Composta por seres desumanizados, portanto.

O direito primordial à vida em abundância; o direito à liberdade de ser, de falar e de se locomover; de ter uma religião e de se expressar religiosamente. Se não, uma vez sem estes direitos não se vive plenamente, já que se torna impossível conviver. Viver com é uma necessidade vital para o ser humano e, portanto, um direito humano fundamental. O direito de locomover-se; de ser e de estar sendo. Tudo isso, portanto, começa com o direito a ter direitos. Cada vez que se negligenciam, se negam ou se ignoram os direitos humanos fundamentais, afasta-se a possibilidade de bem-viver e criam-se muros entre as pessoas, as comunidades e desce-se ladeira abaixo, afastando-se do criador.

É neste sentido que se pode dizer sem vacilar que cada ser humano deve ser uma ponte. Aproximar as carências mútuas da afetividade recíproca. Aproximando as necessidades humanas dos direitos de saciá-las. Agora, dito isto, surge uma pergunta necessária e que precisa se encontrar a resposta correspondente: a fé cristã, como seguidora de Jesus de Nazaré, tem sido mais ponte que nos liga e nos religa ao bem-viver, à felicidade do conviver, ou, ao contrário, têm sido mais muro que nos deixa exilado de outras verdades, inclusive de outras religiões, da liberdade e do direito de ser plenamente?

Pontes que ligam a fé cristã aos direitos humanos

Vive-se um momento histórico propício para a reflexão sobre as diversas formas de relações e suas implicações nos processos de vida. Nas três dimensões: na vida pessoal, na vida comunitária (eclesial) e na vida social. As religiões de modo geral são instituições com grande capacidade agregadora de pessoas, de sonhos e de sentidos. A fé cristã, entendidas como constituídas por seguidores de Jesus de Nazaré, por exemplo, carregam e congregam grande parte da humanidade. Pontes importantes entre pessoas cristãs e não cristãs são a busca, conquista e garantia de direitos.

Em virtude de sua atuação no cuidado das pessoas, se poderia dizer que Jesus de Nazaré foi alguém preocupado com os direitos humanos fundamentais (cf. Lc 4.18-19). Mesmo considerando uma dimensão mais pessoal, a grande utopia cristã é a garantia de “todos os direitos para todos” como foi o grande sonho e a causa da vida do frei dominicano Bartolomeu de Las Casas, na segunda metade do século XVI, primeiro autor a utilizar a expressão *direitos humanos*. Las Casas visibilizou uma marcante contradição, que, a nosso ver, só tem aumentado. A grande adversária de Las Casas na luta pelos direitos humanos fundamentais das pessoas indígenas, foi exatamente a igreja, como instituição de poder, como um muro de doutrinas, e não mais como ponte que liga e religa.

Muitas vezes, como foi o caso do frei Bartolomeu de Las Casas, as pontes precisam ser construídas sobre os muros que a própria igreja constrói em forma de doutrinas e de conveniências. Ao fazer uma opção radical pelas pessoas indígenas e assumir as suas dores, fazendo-se ponte entre eles e seus direitos, e não um muro, correndo todos os riscos relacionados com esta opção, conforme relata o frei dominicano Carlos Josaphat, Las Casas ouviu esta resposta de seus superiores: “Veja, Padre, o que está fazendo; não vá se arrepender, porque Deus queria você rico e próspero” (JOSAPHT, 2000, p. 67).

Possivelmente Las Casas seja a ponte mais firme entre religião e direitos humanos nessa América cercada de muros que escondem, negam e exilam os direitos mais elementares das pessoas empobrecidas. Assim, parece-nos uma chave de leitura para refletir acerca da presença pública das religiões, sobretudo da fé cristã, quando cumprem o papel como ponte de ligar e religar, ou quando

elas se transformam em muros intransponíveis separando-as do povo e conseqüentemente e da própria divindade que dizem cultuar. Assim diz o frei Josaphat,

Ao olhar as coisas à luz da Palavra de Deus, como fez Las Casas, nesta luminosa vigília de Pentecostes, a conversão desse bom “padre clérigo” era descobrir enfim a religião e o Deus dos profetas. Em toda a Bíblia, percorrendo a série dos profetas, da Lei (o Deuteronômio especialmente), dos Sábios, (Las Casas lera um livro sapiencial: o Eclesiástico ou o Sirácida), há um clamor constante, lançado como a Palavra de Deus por excelência: longe de mim cultos e festas, orquestrados pelas injustiças e pela corrupção, mas que jorrem a justiça e o direito e resplandecem diante de mim como a verdadeira religião de meu povo (JOSAPHAT, 2000, p. 68).

Com Josaphat, se poderia dizer que a assim chamada verdadeira religião presente na tradição profética judaico-cristã é aquela que valoriza os direitos humanos. Destaca-se uma ética que tem como horizonte preferencial as pessoas mais simples e pobres. “No livro do Gênesis esta experiência de Deus será feita pelos migrantes, pastores seminômades, gente sem-terra, que luta por manter seu modo de vida, sua prática de solidariedade, hospitalidade e autonomia contra a ambição das cidades que tudo querem controlar” (DIETRICH, 2019, p. 210).

Esta sim é uma atribuição da religião: garantir que todos tenham acesso aos direitos humanos fundamentais. Encontra-se também uma síntese de vasta e rica literatura profética que abrange longos períodos de tempo e revela através dos profetas a vontade de Deus. Ao situar Las Casas na tradição profética, se poderia ter em mente toda uma série de escritos como Amós, Oseias, Isaías, Miquéias, Jeremias, Joel e Zacarias (Am 5.21; Os 6.6; Is 1.10-16; 58.1-8; Mq 6.5-8; Jr 8.20; Jl 2.13; Zc 7.4-13). Nesse contexto, a religião que agrada a Deus e que os profetas e Jesus pregaram é a justiça, o direito e a verdade para todos e todas.

As religiões devem ser escolas de vida, devem servir à vida e lutar e garantir os direitos humanos que mantém a vida em primeiro lugar. É à vida que devem servir as religiões e não às estruturas pesadas de poder e aos interesses de opressão. Assim diz o teólogo Sandro Gallazzi (2017, p. 53), “A única forma de servir à vida é dar a vida, chamar pelo nome assim como *Iahweh* fez com seu povo no cativo”. A ponte que liga as féis cristãs aos direitos humanos fundamentais é a Palavra de Deus, que é crida como vontade de Deus revelada em Jesus. Quando a fé cristã segue e cumpre a Palavra de Deus ela é ponte que liga os direitos e a justiça às pessoas, especialmente aos empobrecidos. Do contrário, se afasta delas e se torna um muro que separa as pessoas de seus direitos e a própria fé de sua fonte vital. Continua Sandro Gallazzi (2017, p. 58):

As duas árvores estão no meio do jardim, as duas podem ser uma mesma e única árvore. Uma se espelha e se reflete na outra, mas é possível somente experimentar um lado dela: é necessário escolher a parte certa por onde começar. Lembro aqui da parábola da vinda do Filho do Homem (Mt 25,31-46): há uma identidade entre Jesus e os pobres, mas a vida do Reino é de quem “começa servindo os pobres”. Querer “começar servindo Deus” é caminho mais certo do afastamento da vida: “Senhor, quando te vimos com fome, ou com sede, ou estrangeiro, ou nu, ou enfermo, ou na prisão, não te servimos?” (Mt 25.44).

Não soa confortável afirmar que esta realidade de distanciamento da vontade de uma divindade cultuada, perpassa e por vezes reside em escolhas e decisões das féis cristãs hoje. O que vê-se, por outro lado, são pequenos grupos, por vezes, apenas pessoas isoladas, que a exemplo de Las Casas, resistem, insistem e sofrem com incompreensões, perseguições e até ameaças, porque ousam seguir e servir à Palavra. Até que ponto as nossas igrejas, sobretudo, as que seguem a Bíblia, têm lugar para profetas como o padre Júlio Lancelotti, que vive em função de garantir os direitos humanos fundamentais para a população em situação de rua na cidade de São Paulo? Ou até mesmo como o Papa Francisco, que muitas vezes não é ouvido por pessoas de fé católica.

Todavia, é consolador saber e reconhecer que, em diferentes fés, existem pequenos grupos ou pessoas que mantêm a tocha do discernimento fumegante (Gn 15,17), renovando a Aliança com Deus. Quando a fé escolhe ser muro e se afasta de sua vocação de ser ponte, acontece o que diz Gallazzi (2017, p. 82): “O que está em jogo aqui é a escolha de um projeto que não é o de Iahweh/Elohim. É pensar que cabe a nós estabelecer os critérios da vida e da morte. É optar pela dominação e opressão e não pela igualdade e solidariedade (Gn 2,25)”.

Dentro do escopo da fé cristã, concebe-se a ideia de que a Palavra nos impele a vivê-la, mais do que simplesmente pregá-la com palavras. A ponte mais direta e segura que nos liga ao criador, no entanto, é a nossa fidelidade à sua Palavra, isso vale para as pessoas individual e comunitariamente. Crê-se que o criador não desiste de sua criação, buscando-a e convidando-a a recomeçar cada vez que ela cai. Mais do que isso, estende a mão, por vezes se agacha e a pega pela mão. “De fato, Deus não desiste do povo, mesmo diante de suas infidelidades, e constantemente o convida à conversão, a amá-lo, a escutar a sua vontade e a colocar em prática seus ensinamentos”. (KONINGS & SILVANO, 2020, p. 10). Há textos bíblicos que testificam de intervenções divinas em favor de seu povo justamente quando ele tem os seus direitos negados e é oprimido.

A religião da justiça e do direito, é a religião de Deus anunciada pelos profetas e por Jesus de Nazaré. A ausência dos direitos humanos, a negação ou a impossibilidade do acesso a eles, distancia a humanidade, como indivíduo, como igreja e como povo, do amor, do projeto e da vontade do Criador, portanto. Poderia se dizer que a lei divina, inclusive, aparece como parágrafo único: garantir o acesso aos direitos fundamentais que por sua vez garantem a vida do povo.

Ênfase especial recebe a gratuidade do amor de Deus para o povo que ele elegeu, não por ser forte, mas por ser fraco, a fim de testemunhar-lhe seu amor (Dt 7,7-8). Na mesma perspectiva é acentuado o dom da Lei (Dt 4,5-8) e da terra “boa” para que seja um âmbito de solidariedade fraterna e não de exploração (Dt 15, 4-11). (KONINGS & SILVANO, 2020, p. 21).

O vínculo entre a vontade e o projeto do criador, com a Aliança entre ele e seu povo, é inquebrantável, e se sustenta na garantia dos direitos humanos fundamentais, que garantem a dignidade da pessoa e da vida. É, portanto, garantindo o acesso aos direitos humanos fundamentais, a saber: à vida, à terra, à palavra, a liberdade, à religião, à opinião etc., que as religiões cumprem sua missão. Ecoa sem parar, até hoje, a narrativa que apresenta Javé reclamando o direito e a vida de seu povo. “Assim, o Deuteronomio faz ecoar, incessantemente, o grito profético de YHWH para todos os seus seguidores: ‘não endureças o teu coração para com o teu irmão pobre’ (Dt 15,7)”. (KONINGS & SILVANO, p. 80). Não sejam indiferentes com as injustiças contra teus irmãos que têm seus direitos negados. Este grito ecoa incessantemente na tradição judaico-cristã. Parafraseando o escritor bíblico, as fés que tiverem ouvidos, ouçam!

As novas hermenêuticas e a afirmação das religiões como pontes que ligam a fé e a confiança do povo nas promessas do criador

A questão hermenêutica se encontra no centro da identidade e do agir das religiões neste nosso tempo de urgências e exigências. Para serem reconhecidas como pontes que ligam e religam as pessoas empobrecidas aos seus direitos, como se crê ser a vontade divina, as fés cristãs precisam de uma nova hermenêutica. Na verdade, nosso tempo exige novas hermenêuticas, ditas e vistas assim, no plural, como novos caminhos e novas perguntas, porque, a pluralidade de expressões e a diversidade de comportamentos e orientações são uma realidade. E potencializadas pela velocidade dos meios de comunicação atuais, tornam-se uma avalanche, um tsunami para as Religiões.

Assim sendo, sobretudo o ecumenismo se destaca como ponto de partida para essas novas hermenêuticas. A começar-se por uma espiritualidade ecumênica que liberte as religiões de um entrincheiramento por vezes doentio que tenta fazer de uma determinada religião um fim em si mesma. Em grande parte, e não raramente, é daí que nascem algumas patologias que não são novas, mas estão muito presentes hoje: os fundamentalismos, os sectarismos, a autorreferencialidade, a indiferença, as diversas formas de intolerâncias e de doutrinação.

O ecumenismo possível, proposto por segmentos das fés cristãs, tem fundamento no desejo de Jesus de Nazaré pela unidade (Jo 17,21), também é um fruto da teologia nascida a partir do acontecimento do Concílio Vaticano II, que cria a possibilidade de uma nova eclesiologia. As relações entre as igrejas cristãs, como seguidoras do Evangelho de Jesus Cristo, não são por si só, o que caracteriza o ecumenismo e não são a sua primeira motivação. Antes é preciso que exista uma espiritualidade ecumênica como fundamento e motivação que a exemplo do que ocorreu com a Teologia da Libertação, lhe dê sustentação. Corrobora essa percepção, aquilo que Pedro Carlos Cipolini (2007, p. 85) formula sobre a Teologia da Libertação ser precedida por uma espiritualidade da libertação:

Passados quarenta anos do Concílio Vaticano II, pode-se avaliar com mais clareza à conclusão que sua aplicação na América Latina foi uma nova e profunda experiência espiritual. A “espiritualidade da libertação” vai preceder a teologia da libertação, embora pareça o contrário. Os grandes movimentos teológicos que conseguem marcar uma época somente podem provir de uma experiência espiritual. A espiritualidade e a teologia latino-americanas provinham da teologia e da espiritualidade conciliares, marcadas pelo sopro do Espírito, que faz perceber os sinais dos tempos e renova todas as coisas.

Outras hermenêuticas que surgem com força e vitalidade em nosso tempo, em certa medida, como fruto da prática do ecumenismo, são as concepções proféticas e ousadas de uma Teologia Pública e de uma Teologia Prática. Ambas trazem um novo ar, mais oxigenado para as práticas religiosas. Ambas contribuem para a descolonização do evangelho, cuja colonização é tão real e não raramente naturalizada, e para a desimperialização do cristianismo. Dentro de uma concepção colonial do evangelho, não existe espaço para a defesa dos direitos humanos, para a inclusão e para a justiça social.

A defesa da vida, a opção pelos pobres, a garantia de acesso aos direitos humanos fundamentais, a prática da solidariedade e da justiça, estão em diálogo com uma teologia pluralista e de uma relação horizontal, no interior das igrejas cristãs e entre elas. Sobre a fé católica, Pedro Carlos Cipolini (2007, p. 102) entende que: “Da Igreja pré-conciliar e verticalista, que se movia no regime de cristandade, dificilmente poderiam surgir movimentos comunitários, dado que a própria Igreja se compreendia como sociedade ‘desigual’, na qual, a hierarquia era a detentora da eclesialidade”.

Fala-se aqui de categorias centrais no enredo bíblico da narrativa do encontro da divindade com o seu povo (Lv 26.12; Jr 32.38) e conseqüentemente do conhecimento e do reconhecimento mútuo de ambos. “Tomar-vos-ei como meu povo, e para vós eu serei Deus” (Dt 6.7). Outras variáveis, ou atualizações, seguem nas narrativas bíblicas, como o profeta Jeremias, “Eles se tornam para mim um povo e eu me torno Deus para eles” (Jr 32.38). Este acontecimento, na linguagem adotada nesta reflexão, faz com que se compreenda a fé como uma ponte que liga e religa à confiança, à promessa, às outras realidades para além das fronteiras e limitações doutrinárias. A propósito, é significativa a reflexão do teólogo Rudolf von Sinner (2007, p. 19):

A fé como confiança é baseada na promessa de Deus. A promessa é primeira, e a resposta humana é a fé-confiança. Abraão, ao receber a promessa de Deus, “teve fé no Senhor, e por isso o Senhor o considerou justo”, como diz Gênesis 15.6. Pela fé somos inseridos na comunhão com o Senhor. Ela ultrapassa fronteiras religiosas, sociais e de gênero: “Não há mais nem judeu nem

grego; já não há mais nem escravo nem homem livre, já não há mais o homem e a mulher; pois todos vós sois um só em Jesus Cristo” (Gálatas 3.28). portanto, a confiança também acontece fora de determinados grupos e procura superar as desigualdades, criando uma nova convivência entre iguais. Sabemos que a igreja, ao longo da história, muitas vezes, reforçou desigualdades e exclusividades em vez de superá-las. Isso ficou evidente no conto do grande inquisidor. Mas ela convive com o desafio constante do Senhor que nos chama a uma ética da confiança mútua, que pressupõe a igualdade.

A fé se expressa a partir da confiança, que por sua vez, nasce da promessa de Deus a Abraão e chega até nós pela Palavra (Gn 12.1-4). Abraão teve confiança e esperança em Deus. Ele jamais falhou, e cumpriu todos os compromissos que assumiu com o povo. Ainda se manteve amoroso e compreensivo e todas as vezes que o povo errou, quebrou a Aliança e levantou muros, Ele tomou a iniciativa de convidar para o recomeço. Ao povo, acompanhado por seus líderes, cabe ficar atento aos sinais dos tempos, às novas hermenêuticas e atualizar sempre suas percepções. E hoje, nos tempos da velocidade das informações, da relativização da verdade, pois existem muitas verdades querendo se impor à verdade maior da Divindade do Êxodo, do povo e do Deus-Pai de Jesus, o ecumenismo é a chave que nos abre o coração para a confiança na promessa.

Constitui-se em um grande desafio, mas igualmente em uma urgência para as fés cristãs, a *desdemonização* da política. É urgente admitir-se que os direitos humanos fundamentais reclamados por Deus, cuja negação foi denunciada pelos profetas e cuja defesa em grande parte, partindo-se de uma hermenêutica mais profética, levou Jesus à morte de cruz. Assim, surge com forte poder argumentativo e atualizador do agir religioso, uma Teologia Pública. Afinal, é das decisões políticas que procedem ou não os direitos humanos. As fés que se propõem a seguir os ensinamentos de Jesus de Nazaré, ainda não abriram bem os seus olhos para esta realidade, e algumas ainda estão com os corações endurecidos e frios. Talvez ainda não entenderam, não perceberam ou não querem aceitar esta realidade que se projeta. Importante contribuição para a Teologia Pública vem dando o teólogo suíço Rudolf von Sinner. É um conceito que faz nascer uma teologia livre dos muros confessionais (cf. ZEFERINO, 2018; 2020). Vejamos,

O termo “teologia pública” (public theology) é, em geral, atribuído a um artigo publicado em 1974 por Martin E. Marty sobre Reynhold Niebuhr (1892-1971), a quem viu como “o principal intérprete do século do comportamento social religioso americano”. Niebuhr, que não teria indicado um líder eclesiástico, mas o presidente Abraham Lincoln (1809-1865) como o “maior teólogo da América”, teria deixado como legado um “paradigma de teologia pública”. A partir dali surgiu nos EUA o discurso sobre teólogos públicos (public theologians) e teologia pública (public theology), como foi desenvolvido em seguida, do seu respectivo jeito, por católicos, luteranos e reformados. (SINNER 2011, p. 265-266).

Está-se, pelo que indicam os sinais dos tempos, em meio a uma travessia, talvez em uma encruzilhada histórica, em que a instabilidade provocada pela crise civilizacional se faz sentir no meio de um deserto. E, frequentemente, ao contrário do que diziam os monges do deserto, um deserto sem Deus. As igrejas cristãs, como herdeiras da liberdade (Gl 5,1), não raro, estão presas ou reféns a um paradigma de autorreferencialidade, não conseguem encontrar e tampouco apontar para um oásis que sacie a sede das multidões, uma vez que elas mesmas não conseguem.

Parece-nos oportuno um retorno às fontes e uma atualização teológica que disponha de novas lentes para ver e interpretar a realidade. A falta destas lentes vem contribuindo para a naturalização da fome, da intolerância e conseqüentemente das diversas formas de violências, inclusive religiosas. Falta uma teologia prática, de índole pública e que ajude às comunidades cristãs a verem as realidades atuais, com os olhos do cuidado com o ser humano e com a casa comum? Este parece ser um ponto importante para reflexão. Se não falta essa Teologia, talvez falte o seu reconhecimento.

A novidade alvissareira que chama a atenção e enche de esperança é o espaço crescente que a teologia ocupa na sociedade, sobretudo na academia. São cada vez mais frequentes os cursos de bacharelado em teologia, nas diversas faculdades, com um currículo abrangente e dialogando com as ciências modernas. Uma concepção teológica que caminha com os grandes temas atuais: as questões ecológicas, étnico-raciais, as questões de gênero, o ecumenismo e o diálogo inter-religioso, a política e a justiça social, entre outros.

Cada vez mais se libertando de seus alçozes que a mantiveram por muito tempo exilada entre muros e nos corredores pouco habitados a teologia apresenta-se como uma ponte que nos liga à uma sociedade mais justa e fraterna. Livres das doutrinas fechadas, dos clericalismos e, principalmente, dos fundamentalismos religiosos a teologia nos conduzirá para um novo paradigma religioso que não ignora os Direitos Humanos como compromisso do Criador na sua Aliança com o povo, a começar por Abraão. (Gn 17). Descendência, terra e liberdade, resumem aqui as bases da Aliança, embora persista o paradoxo da escravidão (Gn 17.12-13).

Algumas bases já construídas e que servirão de fundação e apoio para a garantia dos direitos humanos

Dada a recente libertação da teologia e a esperança teimosa que ela projeta no meio cristão, alegra-nos a certeza de que não se parte do zero e que se têm bons aprendizados e excelentes experiências práticas acontecendo. Há várias maneiras de se abarcar a busca humana de sentido que, não raro, passa pela questão de Deus. O ecumenismo é um desses caminhos e que propõe uma unidade às igrejas cristãs. A partir da década de 1980 do século XX, também ainda colhendo alguns frutos do Concílio Vaticano II, deram voz a um sentimento de unidade das Igrejas Cristãs e assim nasceu o Conselho Nacional de Igrejas Cristãs – CONIC. Este, por sua vez, é a maior e mais importante construção ecumênica no Brasil. Antes, um dado importante que trará o discernimento necessário com relação atualidade da teologia e ao que se fala acima, sobre a teologia como novidade.

Parafrazeando Tertuliano, poder-se-ia perguntar: o que Brasília tem a ver com o Rio de Janeiro, a sede do Ministério da Educação com uma das cidades religiosamente mais plurais do Brasil? Desde 1999, há uma discussão renovada sobre o status acadêmico da teologia, pois foi nesse ano que o Ministério da Educação reconheceu a possibilidade de um diploma de bacharel em Teologia. Diplomas em nível de mestrado e doutorado em Teologia e Ciências da Religião já são reconhecidos desde o final da década de 1980 através da Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior). (SINNER, 2011, p. 268).

A carta de reconhecimento da Teologia como uma ciência que dá o que pensar, portanto é muito recente e pelo que se pode sentir os impactos dessa mudança ainda são discretos, mas as expectativas são muito grandes. Uma das expectativas que se apresentam com o desenvolvimento da Teologia, estudada e conhecida como ciência que ajuda a conhecer mais e melhor, mesmo que seja um pouquinho sobre a questão de Deus, é que se possa, por fim, superar o conceito mágico de religião. Este conceito é muito forte e influencia a compreensão dos textos bíblicos e conseqüentemente do próprio Jesus de Nazaré.

A propósito, é significativo o que diz John Dominic Crossan (1994, p. 342), “A religião é magia oficial e aprovada; a magia é uma religião extraoficial e censurada. Ou, em termos mais simples: ‘nós’ praticamos religião, ‘eles’ praticam magia. Não importa se os magos são a favor ou contra a religião oficial”. É sobre a superação deste tipo de *denominacionalismo* que se fala. Permanece entre igrejas cristãs a ideia de Deus como um mágico, sobretudo, quando se trata do Deus dos outros. Predomina ainda, poder-se-ia dizer, entre os fiéis cristãos, a rotulação dos outros jeitos de se viver a fé, como magia.

A Teologia dará às fés cristãs a maturidade necessária para este discernimento sobre o mistério, sobre a questão de Deus, porém, precisará libertar-se dos riscos do imperialismo colonizador e deixar-se fecundar pelos ventos da pluralidade, da diversidade e da comunhão. E o ecumenismo juntamente com o diálogo inter-religioso são os caminhos ou as pontes que nos ligam e nos religam à dimensão política e aos direitos humanos por consequência. E, vistos de forma ampla e a partir de uma nova hermenêutica, que nasce de uma nova cosmologia, quem sabe, se tornará possível não apenas afirmar, mas defender entre as prioridades que os direitos humanos fundamentais são igualmente os direitos da Terra-Mãe.

Na nova cosmologia, adequada ao paradigma do cuidado, a Terra é entendida como fruto do grande processo de evolução e de transformação que já perdura 13,7 bilhões de anos. Esta se apresenta como Magna Mater dos povos antigos, a Pacha Mama dos povos andinos, a Nana dos orientais e a Gaia dos contemporâneos. (BOFF, 2013, p. 78).

A consciência de seres humanos, adultos, conscientes e responsáveis nos fará reconhecer que a relação humana com a terra e com todas as formas de vida que estão sobre ela, incluindo-se os oceanos e mares, é de interdependência e não de dominação ou subordinação. A pergunta que nos espreita é: quando se terá esta maturidade? Há, no entanto, muitos que ainda insistem em querer viver como se a Terra-Mãe fosse algo de importância secundária; como se os direitos humanos fossem um apêndice, do tipo opcional, quando não um privilégio de alguns; que as religiões são ONGs, ou pior ainda, são instituições apolíticas ou isentas das implicações políticas na vida das pessoas e do mundo. Em certa medida estão em situação de alienação, como nos diz o Papa Francisco:

Falta-lhes, pois, uma conversão ecológica, que comporta deixar emergir, nas relações com o mundo que os rodeia, todas as consequências do encontro com Jesus. Viver a vocação de guardiões da obra de Deus não é opcional nem um aspecto secundário da experiência cristã, mas parte essencial de uma existência virtuosa. (Ls, 217).

A questão que persiste em forma de pergunta é: já nos encontramos com Jesus de Nazaré? E, caso a resposta seja positiva, qual foi ou qual é a consequência deste encontro em nossos conceitos, em nossos paradigmas e em nossas práticas? Em nossa forma de viver? A conversão ecológica é uma exigência cristã em nosso tempo. Resgatarmos o chamado amoroso do criador para sermos guardiões uns dos outros e todos da Terra-Mãe como a morada de Deus e nossa Casa Comum, é uma forma radical de ser religioso e religiosa e defender e garantir os direitos humanos fundamentais. A pergunta fundamental que se deve responder, no entanto, não será qual é a nossa religião, a nossa igreja ou qual foi a nossa participação nelas. Ao contrário, a única pergunta que se deve responder será: você amou? (Mt 25.31-46), nos fala do encontro com Jesus como o seu reconhecimento no rosto do pobre, do excluído e desprotegidos.

Os movimentos ecológicos com suas lutas necessárias, urgentes e organizadas; a Comissão Pastoral da Terra – CPT -, com seu legado de lutas, anúncios e denúncias e uma multidão de mártires; as Comunidades e os Povos Tradicionais, com sua sabedoria feita de resistências e de martírios; são exemplos de esperança teimosa que nos contagia. São, hoje, nestes tempos de urgências e exigências, o símbolo daquele resto (Is 10.19.21-22; Jr 42.2; 2Rs 19.31; Rm 11.5), a partir do qual, Javé restituirá o seu povo e o seu projeto. São pontes que nos mantêm ligados à Aliança feita entre nós e o criador.

Restituir neste momento histórico tão exigente, não apenas o direito à terra, mas os direitos da Terra, é de fundamental importância e essencial. Como o grande testemunho e símbolo da Palavra e da vontade do criador, assim como o lugar da Terra-mãe, tem-se o sábio Nabot (1Rs 21). Esta Teologia da Terra, como se pode defini-la, foi sabiamente atualizada com a Carta da Terra, na modernidade. Esta, aliás, é uma contribuição deste Resto, que nos mantêm ligados as heranças das Alianças do criador

feitas com o povo a quem cabe cuidar. Impossível, parece distanciar-se destes temas dos direitos humanos e das prioridades das religiões.

O Resto que se mantém fiel à Palavra, que acredita no Bem-Viver como contraposição ao egoísmo capitalista naturalizado como viver bem, e tido e mantido como privilégio de poucos, defendido como meritocracia, também faz importante construção e apresenta os direitos da Mãe Terra. Um dos ícones deste Resto, e que tem voz e a usa em defesa da Terra, da dignidade das pessoas e da vida humana, é o Teólogo Leonardo Boff.

O presidente da Bolívia Evo Morales Ayma nos apresentou uma boa orientação para o estabelecimento desses direitos da Mãe Terra. É ele quem mais tem se empenhado mundialmente para introduzir novo olhar sobre a Terra. Em seu notável discurso do dia 22 de abril de 2009 na Assembleia Geral da ONU- quando finalmente se aprovou por unanimidade que o dia 22 de abril não seja mais simplesmente o Dia da Terra, mas a partir daquela data, seja o Dia da Mãe Terra – afirmou os seguintes direitos: o direito da regeneração da biocapacidade da Mãe Terra; o direito à vida, garantido a todos os seres vivos, especialmente aqueles ameaçados de extinção; o direito de uma vida pura, porque a Mãe Terra tem o direito de viver livre de contaminações, e poluições de toda ordem; o direito do bem viver, propiciado a todos os cidadãos; o direito a harmonia e ao equilíbrio com todos os seres que vivem sobre a Mãe Terra; direito de conexão com a Mãe Terra e com o todo do qual somos parte. (BOFF, 2013, p. 87).

Pode-se estender estes mesmos direitos aos seres humanos? Também os seres humanos precisam ser regenerados. Muitos de nós pertencentes à algumas etnias, também sofrem ameaça de extinção. São verdadeiras multidões que não têm há muito tempo o direito à vida. Apenas a sobreviver. E quantos são os contaminados pelas diversas dependências e poluídos pelos diversos tipos de intolerâncias, de ódios e de outras violências? Trata-se de uma espécie em pleno desequilíbrio. Ou ao menos está em desequilíbrio. Há muito não se conhece a tão necessária harmonia: no interior do ser humano; entre ele e os outros seres; entre a espécie humana e as outras espécies; entre todos e o criador.

O resto do bioma Mata Atlântica; o resto do bioma Amazonas; o resto do Cerrado; o resto da Caatinga; o resto dos Pampas; o resto do Pantanal; o resto da capacidade humana de cuidar da Casa Comum e que se encontra ameaçada nas comunidades e nos povos tradicionais. Tudo isso, a partir de agora, além de escolas de vida e de bem-viver, será também o símbolo dos vínculos entre a criação e o criador. O cristianismo deste século XXI precisará aprender algumas lições importantes com estes povos e com estas comunidades. Esta é uma condição para se continuar cristão – seguindo ao nazareno. Reaprender a viver em comunidade; reaprender a agradecer pela chuva e a não reclamar por causa dela; reaprender a interpretar os sinais dos tempos; reaprender que somos filhos e filhas da Terra-Mãe, não é o contrário.

Conclusão

Chegando-se ao final desta reflexão, a primeira sensação é de que é preciso refletir mais sobre estes dois importantes temas. Religião e direitos humanos, como caminho que nos levam ao encontro uns com os outros e com o bem-viver. Além de essenciais e inter-relacionados, eles constituem, cada um à sua maneira, uma rica área de pesquisa. Sem as religiões, em nosso caso de modo mais particular a fé cristã, a luta pelos direitos humanos fundamentais perde muito e pode até mesmo se perder.

Sem encampar esta importante luta, por outro lado, as religiões podem se esvaziar de seu compromisso com a salvação das pessoas e do planeta. Salvação vista como contendo a libertação do ser humano daquilo o oprime, o exclui e o desumaniza e o condena à miséria. Em chave cristã, a fé é

ponte que liga e religa o ser humano em três importantes dimensões: a si mesmo; uns aos outros; e ao criador.

O que nos liga e nos mantém ligados assim, é a vida em abundância, que por sua vez, exige a dignidade que somente o acesso aos direitos humanos fundamentais pode garantir. Onde a lei do amor for respeitada igualmente serão respeitados e garantidos os direitos humanos fundamentais: o direito à justiça, à liberdade e à felicidade. Quando se distancia ou se nega o direito, a liberdade e a justiça aos nossos semelhantes, a pessoa de fé se afasta de seu criador e desrespeita seus mandamentos.

O grande desafio das féis cristãs permanece e em certa medida impõe-se com cada vez mais força: o desenvolvimento de uma pluralidade teológica que reconheça as diversas teologias; os diversos caminhos, assim como as múltiplas formas de se caminhar; o reconhecimento e o respeito à todas as religiões; a superação da autorreferencialidade, da visão colonialista que naturaliza a intolerância religiosa e a concepção imperialista que hierarquiza as relações, e transformam Jesus num Rei potente, poderoso e a serviço das elites e de seus interesses e vontades. Jesus veio para nos dizer que Deus é amor.

Referências

BÍBLIA, *Tradução Ecumênica da Bíblia – TEB*. São Paulo: Loyola, 1994.

BOFF, Leonardo. *O Cuidado Necessário*. Petrópolis-RJ: Vozes, 2ª ed. 2013.

CIPOLINI, Pedro Carlos. *Eclesiologia latino-americana: uma Igreja da libertação pascal*. (artigo) in SOUZA, Ney de. (org.) *Temas de Teologia latino-americana*. (p. 67-106). São Paulo: Paulinas, 2007.

CONCÍLIO Vaticano II. *Lumen Gentium: Constituição Dogmática do Concílio Ecumênico Vaticano II sobre a Igreja*. São Paulo: Paulinas, 13ª ed. 1999.

CROSSAN, John Dominic. *O Jesus histórico: a vida de um camponês judeu do Mediterrâneo*. Rio de Janeiro: Imago, 1994.

DIETRICH, Luiz José. *Bíblia e Cidadania: resgatar a dignidade de ser*. in ROSSI, Luiz Alexandre Solano. (org.) *Teologias do Antigo Testamento – Liberdade, justiça e solidariedade*. (p. 195-219). São Paulo: Fonte editorial, 2019.

FRANCISCO. *Carta Encíclica Laudato Si': sobre o cuidado da Casa Comum*. Brasília-DF: Edições CNBB 1ª Ed., 2015.

FRANKL, Viktor Emil. *Em busca de Sentido*. São Leopoldo/Petrópolis: Sinodal/Vozes (Coleção Logoterapia), 23ª ed., 2006.

GALLAZZI, Sandro; RIZZANTE, Anna Maria. *Envia teu espírito e haverá criação: reflexões sobre ecologia e Bíblia*. São Leopoldo: CEBI, 2017.

JOSAPHAT, Frei Carlos. *Las Casas: todos os direitos para todos*. São Paulo: Loyola, 2000.

KONINGS, Johan; SILVANO, Zuleica Aparecida. *Deuteronômio: "Escuta, Israel"*. São Paulo: Paulinas, 2020.

SINNER, Rudolf von. *Confiança e convivência: reflexões éticas e ecumênicas*. São Leopoldo: Sinodal, 2007.

SINNER, Rudolf von. Teologia pública no Brasil. in SOARES, Afonso Maria Ligorio; PASSOS, João Décio. *Teologia pública – Reflexões sobre uma área de conhecimento e sua cidadania acadêmica*. São Paulo: Paulinas, 2011, p. 264-276.

SOARES, Afonso Maria Ligorio; PASSOS, João Décio. (orgs.). *Teologia pública – Reflexões sobre uma área de conhecimento e sua cidadania acadêmica*. São Paulo: Paulinas, 2011.

SOUZA, Ney de. (Org.). *Temas de Teologia latino-americana*. São Paulo: Paulinas, 2007.

ZEFERINO, Jefferson. A teologia pública no Brasil: análise de um mapeamento. *Interações*, v. 5, n. 1, p. 90-107, 2020.

ZEFERINO, Jefferson. *Karl Barth e teologia pública: contribuições ao discurso teológico público na relação entre clássicos teológicos e Res Publica no horizonte da teologia da cidadania*. Tese (Doutorado em Teologia). Escola de Educação e Humanidades, Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Curitiba, 2018.

Recebido em 15/03/2021

Aceito em 10/11/2021

Received 03/15/2021

Approved 11/10/2021